

**KARL MARX E OS MOVIMENTOS SOCIAIS:
*Uma Análise Crítica a partir de Nildo Viana***

José Roberto Alves Loiola*

O pensamento social marxista ainda mantém significativa vitalidade para pensar a sociedade contemporânea. É claro que as transformações históricas ocorridas nos séculos XX e XXI impõem desafios consideráveis para quem se propõe pensar por exemplo, as possíveis contribuições de Marx para os movimentos sociais, hoje.

O presente ensaio se propõe a desenvolver algumas contribuições de Karl Marx que já foram identificadas por Nildo Viana. Portanto, partindo de suas conclusões,

* Doutorando em Ciências Sociais – UNESP; Mestre em Ciências da Religião – UMESP; Especialista em História Africana e Afro-brasileira – UFG; Especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania – UFG; Graduado em Teologia – UMESP.

desejamos explorar os limites e as possibilidades do pensamento marxista para pensar os movimentos sociais na contemporaneidade.

As questões que nos instigam são as seguintes: em que medida a teoria e o método marxista podem ser relevantes para os movimentos sociais atualmente? De quais movimentos estamos falando e como conceituá-los? E até onde podem ir as implicações da teoria do modo de produção nos movimentos sociais?

O presente ensaio está organizado em três partes: fundamentação da teoria e método do materialismo histórico-dialético, uma caracterização geral dos principais movimentos sociais e finalmente, apontaremos as principais implicações da teoria do modo de produção capitalista nos movimentos sociais.

Teoria e Método: materialismo histórico-dialético

Dentre as várias teorias (teoria de mobilização de recursos, teoria do processo político etc.) utilizadas para pensar os movimentos sociais, a teoria marxista parece ser a que com maior clareza permite a explicitação dos reais

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[7]

objetivos da práxis dos movimentos sociais em si e a sua complexa relação com a totalidade da sociedade.

Para Karl Marx e Friedrich Engels (2009, p.24), “a primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente a existência de homens vivos”. Se os movimentos sociais são derivações das decisões destes “homens vivos”, que por sua vez, é parte da complexa rede social constituída historicamente, há que se perguntar pelas “múltiplas determinações” ou pelas condições históricas que tornaram possíveis esses mesmos movimentos sociais.

Ao fundamentar o materialismo histórico-dialético, Viana esclarece:

[...] Qualquer fenômeno social ou conjunto de fenômenos é histórico, não existiu desde sempre. As classes sociais, o Estado, os movimentos sociais, surgiram num determinado momento histórico, se desenvolvem e perecem ou se transformam. Isso não ocorre aleatoriamente ou gratuitamente, é um processo determinado. O Estado aparece com o surgimento das classes sociais e suas lutas, sendo que ele surge para expressar os interesses da classe dominante e amortecer os conflitos de classes para que não haja revolução ou instabilidade que dificulte a reprodução dessa sociedade. Um fenômeno social é

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[8]

uma totalidade inserida noutra totalidade
mais ampla que é a sociedade [...] (VIANA, 2016, p.122).

Desta forma, o próprio “materialismo histórico-dialético” não existiu desde sempre, é produto social histórico, determinado no século XIX por “homens vivos”, a saber, Karl Marx e Engels (mesmo que o segundo tenha ajudado na elaboração de forma diversa do primeiro). O que não significa que o materialismo histórico de Marx seja resultante do somatório ou síntese de elementos anteriores, como bem alertou Joseph Fontana (apud GORENDER, 1998, p. XVII).

A propósito, Marx e Engels (1998, p. XXIII), conceituam o materialismo histórico como: “reconstrução científica da realidade social”. Ademais, ao analisar categorias como: troca, dinheiro e trabalho, Marx (1977, p. 220-222) numa perspectiva desenvolvimentista, se desloca do simples para o complexo como método para compreender a moderna sociedade burguesa.

Marx (1977, p.223-224) chama atenção para o discurso de abstração dos economistas ilustrados sobre a sociedade burguesa que a concebe ontologicamente,

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[9]

ignorando o fato de que não passa de resultado histórico das transformações de sociedades mais simples. Ou seja, a sociedade burguesa não é eterna, não caiu pronta do céu, como uma encarnação divina da sociedade celestial (Grifo nosso). A burguesia não passa de uma antítese histórica e desprovida de autocrítica.

Em síntese, Marx e Engels (1998, p. XXIV-XXV) propôs que a história é o ponto de partida e não a ideia; a distinção dos “indivíduos na sociedade são os seus meios de vida, condicionados por sua organização corpórea e associados em agrupamentos”; e que pessoas concretas são de acordo com as suas condições materiais de produção. Afinal, há que se ter poder de comer, beber, vestir-se e alojar-se para depois poder fazer história.

Viana (2016, p. 123) chama a atenção para o fato de o método dialético pressupor também uma teoria da consciência. Isto é, “os homens vivos”, que fazem parte da totalidade da sociedade, desenvolvem conforme os seus condicionamentos sociais e históricos através de associações, uma consciência verdadeira ou falsa da realidade social.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[10]

Nesse sentido, perguntar-se-ia pelas “ideologias” dos movimentos sociais contemporâneos: a quem servem e o que de fato defendem? Segundo Viana,

[...] a divisão social do trabalho, os modos de vida, interesses, etc., derivados dela, constituem limites para a consciência dos indivíduos que somente uma transformação social radical pode abolir de forma generalizada na humanidade [...] (VIANA, 2016, p.123).

Viana exemplifica esse fato, ao falar sobre a emergência do “proletariado” na sociedade moderna, para o qual “uma consciência verdadeira e correta” da realidade social era vital. Contudo, uma vez limitado pela divisão social do trabalho o mesmo era impedido de acessar essa consciência correta pela superestrutura.

Ao falar sobre a divisão social do trabalho, Marx e Engels (1998) explicam desde o período tribal até o industrial, demonstrando que a divisão natural do trabalho na família, se reproduziu em classe dominante. Ademais, Marx combate exatamente a noção de que as ideias se autodesenvolvem separadamente do mundo sensível. Em

suma, nele, a teodiceia hegeliana é asfixiada no chão duro da realidade das relações sociais.

Desta forma, Marx (1977, p.201-202) nos convida a partir da situação concreta de indivíduos produzindo numa dada sociedade a desconstruir a ideia para ele fictícia, típicas de Smith, Ricardo e Rousseau que intentaram laborar o modelo de produção do século XIX como sendo um resultado natural de uma evolução biológica desde os tempos feudais. Marx não entende que o homem burguês seja o ponto de partida para o modo de produção econômica, antes, ele é o resultado histórico, produzido sob a influência de articulação política da produção econômica cotidiana.

Então, só teria uma maneira de o proletariado desenvolver uma consciência correta da realidade na qual se encontrava – a militância. Viana (2016) identifica dois movimentos na direção de uma consciência correta, a saber, a organização e a luta. A luta de classe, segundo o autor, precede o processo revolucionário. Nesse aspecto, o “movimento operário” em Marx, teria uma natureza claramente revolucionária.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[12]

Em resumo, a aplicação do método histórico-dialético para estudar a sociedade em geral e especificamente os movimentos sociais, pressupõe o desenvolvimento de uma teoria da consciência que ao mesmo tempo em que desvela as estruturas sócio históricas contraditórias, parte do concreto empírico para o pensado, a fim de promover a transformação irrestrita das desigualdades sociais em sua extensão. Essa é a sua relevância para pensar os “movimentos sociais”. Sobre isso voltaremos a discutir na terceira parte deste ensaio.

Nem tudo que se diz marxista o é

Uma das contribuições fundamentais de Viana (2016, p.117-118) para os estudos dos movimentos sociais contemporâneos, além de oferecer uma definição destes, é o seu cuidado analítico em distinguir certa confusão temporal e epistemológica na produção sociológica marxista sobre os movimentos sociais. Ao passar em revista alguns autores contribucionistas, relativistas e negativistas, Viana demonstra alguns equívocos salientes, nessa ordem.

Um dos alvos da crítica de Viana é a obra de Scherer-Warren (1989) a qual apresenta algumas imprecisões categoriais e conceituais ao relacionar o pensamento de Marx aos movimentos sociais (um exemplo disso é a sua concepção de “ideologia”); outro exemplo é a aplicação do termo “proletariado” para “movimentos sociais” na perspectiva leninista e não conforme Marx.

Outro alvo da crítica de Viana é a obra de Maria da Glória Gohn (2002) que segundo ele, a autora confunde “movimento operário” e movimento de classe com “movimento social”. Noutro momento, a autora inadvertidamente utiliza o termo marxista “solidariedade”, como pedra de toque para pensar os movimentos sociais, outro erro, segundo Viana.

Ao se referir aos relativistas ou culturalistas (Touraine, Offe, Melucci, Laclau, Mouffe) também como negativistas, Viana (2016, p.119) seleciona Alonso (2009) e põe sob suspeita a pretensão da chamada “teoria dos novos movimentos sociais” que cumprindo a agenda do pós-estruturalismo, afirma que o marxismo ortodoxo não teria mais nada a dizer na contemporaneidade. A posição

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[14]

crítica de Viana (2016, p. 120-121) reconhece elementos epocais no pensamento de Marx, entretanto, entende que os culturalistas cometem equívocos quanto à historicidade, ao tentar categorizar um pós-capitalismo, pós-industrialismo e um pós-modernismo.

Uma questão importante para Viana seria: o que tem de novidade nos “novos movimentos sociais” se os movimentos das mulheres e dos estudantes são oriundos do final do século XIX?

Movimentos sociais: conceito e caracterização

Cuidando para não confundir “movimentos sociais” com “movimento de classe”, Viana (2016, p.51-53) termina por estabelecer uma diferença radical entre ambos. Enquanto as “classes sociais” são fixadas pela divisão social do trabalho (VIANA, 2016, p.8,9), os movimentos sociais são mais situacionais. Sobre os últimos, explicaremos mais detalhadamente adiante. Entretanto,

[...] O conceito de classes sociais em Marx remete a diversos outros conceitos, característicos do materialismo histórico, entre os quais modo de produção, relações de produção, divisão social do trabalho,

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[15]

modo de vida, interesses, luta de classes, entre outros[...] (VIANA, 2016, p.5)

Se os “movimentos sociais” não devem ser confundidos com o “movimento operário” e, portanto, se distinguem de “movimento de classe” e se Marx não teorizou sobre os movimentos sociais especificamente já que estes só começaram a surgir no fim do século XIX, como conceituá-los a partir do marxismo?

Recorreremos novamente a Viana, que inicia a sua explicação afirmando que:

[...] A elaboração dialética do conceito parte de uma teoria da realidade e de uma teoria da consciência para elaborar os seus conceitos. O real, na concepção dialética, é o concreto e este é entendido como histórico, total, determinado. Como a célebre frase de Marx, “o concreto é o resultado de suas múltiplas determinações” (MARX, 1983) [...] (VIANA, 2016, p. 122).

Fugindo de elaborações “idiossincráticas” e meramente “imaginativas”, Viana parte da realidade histórica, ciente de que a totalidade da sociedade é que dá concreticidade para explicar as “múltiplas determinações” pelas quais é possível a criação de um “movimento social”.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[16]

E como bem assinala o autor, “os movimentos sociais são compostos por grupos sociais” (VIANA, 2016, p.23). Tais grupos sociais segundo ele, é “o conjunto de indivíduos que possuem aspectos em comum, que pode ser a cultura, a constituição física, um projeto político, demandas sociais ou qualquer outro” (VIANA, 2016, p.25).

Logo, pode-se depreender que os indivíduos que formam os “grupos sociais” que por sua vez organizarão os “movimentos sociais”, também são “multiplamente determinados historicamente” através das condições sociais e da divisão social do trabalho. Essa “múltipla determinação” por sua vez, estabelecerá o tipo de consciência que esses indivíduos irão desenvolver na base de seus grupos no interior dos movimentos sociais.

Desse modo, conforme Viana (2016, p.123) “a consciência, assim, pode ser verdadeira ou falsa, pois o saber verdadeiro não depende apenas da capacidade mental dos indivíduos, mas, principalmente, das condições sociais”. Então se vamos definir “movimentos sociais” segundo Viana, é necessária essa primeira elaboração, ou seja, verificar os fatores causais na realidade concreta e que

tipo de consciência tornou possível tais e tal movimento(s) social (is).

Dito isto, o “movimento social” é para Viana (2016, p. 125) “movimentos de grupos sociais quando este, devido a insatisfação com determinada situação social específica, gera um senso de pertencimento, objetivos e mobilização”.

Caracterização dos movimentos sociais

Uma maneira simples de não confundir “movimento social”, com sindicatos, partidos políticos, organização, organização não governamental, manifestação social, protesto social, etc., é observar no conceito de “movimento social” de Viana, alguns elementos que passaremos a desenvolver.

O primeiro elemento a ser desenvolvido é: “grupos sociais”. Ou seja, “um conjunto de pessoas que compartilham semelhanças derivadas da sua: a) corporeidade, b) situação e c) cultura” (VIANA, 2016, p. 27-28). A partir dessa explicação, Viana apresenta três grupos sociais que podem estar na base dos movimentos sociais: grupos orgânicos (mulheres, negros); grupos situacionais (estudantes, moradores) e grupos culturais

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[18]

(pacifistas, ecologistas) podendo ser também étnicos, religiosos ou contestatórios. Importa lembrar que os grupos sociais somente serão “movimentos” na medida em que ganha forma um “interesse grupal”.

Outro elemento que caracteriza um “movimento social” é a sua motivação externa, ou seja, uma “situação social”.

[...] Essa “motivação externa” é a situação social, que pode ser explicitada retomando o exemplo do movimento negro: o fato de indivíduos possuírem as mesmas características fenotípicas e, por conseguinte, pertencerem ao mesmo grupo social, não gera um movimento social. Se as relações entre as raças fossem igualitárias, então não haveria motivo para mobilização. No entanto, se as relações raciais são marcadas pela opressão, discriminação, segregação então temos uma situação social que tende a gerar um movimento social deste grupo [...] (VIANA, 2016, p. 32).

Nesse sentido, uma análise crítica do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), por exemplo, perguntaria pela identificação do grupo social que o alimenta e pela situação social que o faz indignar-se. Segundo Viana (2016, p.33) “a existência de um grupo

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[19]

social é condição para a existência do movimento social. Assim como, determinada “situação social” – milhares de famílias sem-terra.

O terceiro elemento fundamental na determinação da constituição de um movimento social é a “insatisfação social” (VIANA, 2016, p. 34-35). Essa insatisfação pode ser gerada por necessidade real ou fabricada (ver teoria da realidade e teoria da consciência)¹. Nesse caso, a consciência da realidade desenvolvida pelo grupo social de base pode ser factual ou fictícia. A propósito, o “Movimento” Brasil Livre – MBL², apesar de estar mais para uma “manifestação” ou “contestação” do que para um “movimento social”, ilustra como um grupo social

¹ Em “Inconsciente Coletivo e Materialismo Histórico” (2002) e “Universo psíquico e Reprodução do Capital” In “Psicanálise, Capitalismo e Cotidiano” (2002), Viana explica a teoria da consciência a partir da concepção materialista da história, articulando os conceitos de Freud, Eric Fromm, Carl Jung e Marcuse.

² Seguindo o entendimento de Viana (2016, p.40-41) podemos inferir que o MBL tende a ser apenas uma ramificação e não um movimento em si. A propósito, a auto declaração desse grupo social em seu face book, tende a ratificar esse entendimento, a saber: “O Movimento Brasil Livre é uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”. Disponível em https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal . Acesso em 1 de Janeiro de 2019.

insatisfeito, constrói sua narrativa³, desenvolvendo uma consciência da realidade social fictícia ou factual.

O quarto elemento citado por Viana (2016, p. 36-37) na constituição de um movimento social é o “senso de pertencimento”. Ou seja, na medida em que o conjunto de indivíduos que nutre os mesmos interesses em determinada situação social se revolta contra os infortúnios dessa situação e se reconhecem “camaradas”. O quinto elemento é a mobilização. Como diz Viana, (2016, p.36), “o senso de pertencimento significa o reconhecimento que a razão da insatisfação social não é uma questão individual e sim coletiva”. Viana (2016, p.38) entende mobilização como ação coletiva e ação compartilhada. Então, nessa fase, os integrantes dos grupos sociais se tornam agentes de mobilização.

Por fim, o sexto elemento constituinte do movimento social é o objetivo. Para Viana, esses seis elementos se complementam. A falta de um deles

³ Refiro-me especificamente a um vídeo editado pelo MBL, intitulado “A verdade não contada”, disponível em <https://vimeo.com/193097343>, acessado em 1 de Janeiro de 2019.

compromete uma definição robusta para o desenvolvimento conceitual sobre os movimentos sociais. Na cadeia dos elementos mencionados, a articulação de um objetivo, fomentado a partir da insatisfação social e colocado em prática através da mobilização do grupo social, fará nascer, portanto, um legítimo movimento social.

Conquanto a caracterização dos movimentos sociais conforme Viana, pareça colocá-los em rota de colisão com a sociedade capitalista, não quer dizer necessariamente que a realidade social ratifique tal confronto.

Capitalismo e movimentos sociais

Ao identificar as várias contribuições de Marx para uma teoria dos movimentos sociais, Viana (2016, p.129-130) destaca a pertinência de sua perspectiva metodológica, sua teoria da história e da sociedade, assim como, sua teoria do capitalismo.

Ao se referir a Marx, Viana (2016, p.122-123) entende que os movimentos sociais são determinados, históricos e totalidades no interior de outra totalidade. Ou seja, a mesma totalidade da sociedade brasileira que abriga

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[22]

um determinado movimento social é a mesma que o gerou. Assim, no interior dessa totalidade, conforme Viana (2016, p.40-44) os movimentos, assim como suas ramificações⁴, devem ser analisados a partir das “múltiplas determinações”.

Desta maneira, conforme exemplifica o autor, o movimento negro, como os Panteras Negras, criado nos Estados Unidos, é uma contra resposta a uma situação social opressora e discriminatória e é motivado pela insatisfação de um conjunto de indivíduos insatisfeitos e com alto senso de pertencimento, mobilizados e com objetivos claros.

Nesse tópico então, procuraremos relacionar os movimentos sociais com a totalidade da sociedade, enfatizando apenas uma das contribuições de Marx apontada por Viana, a saber - a teoria do capitalismo.

Partimos da premissa de que em geral, os movimentos sociais parecem refletir as várias situações

⁴ De acordo com o autor, de um movimento social pode derivar; um partido político, uma organização social, uma manifestação, um protesto. E essas ramificações podem vir a ser distintas se deslocando do interesse original do movimento.

sociais da totalidade da sociedade, que geram insatisfações, as quais ativam grupos sociais, que se mobilizam com objetivos de mudança ou não, sem necessariamente serem homogêneos ou partilharem de uma mesma agenda de lutas, podendo ser: conservadores, reformistas e revolucionários.

Os movimentos sociais e suas tendências

Ao tratar das tendências que também constituem os movimentos sociais, Viana (2016, p.44) as entende como “orientações políticas” que podem se apresentar como: ideologia ou uma doutrina, uma teoria que pode ser hegemônica ou não no interior do movimento social (VIANA, 2016, p.46-47). E a identificação da “orientação política” de um determinado movimento social se faz conforme Viana (2016, p.55), a partir de sua composição social. Já que na base dos movimentos sociais estão os grupos sociais e estes por sua vez, guardam estreita relação com as classes sociais que por sua vez, derivam do modo de produção capitalista, podendo ser burguesas ou proletárias.

Movimentos sociais conservadores

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[24]

Quando a composição social de um determinado movimento social tem prevalência de grupos sociais, heterogêneos ou não, e estes são majoritariamente oriundos de classes sociais “privilegiadas” (poder financeiro e cultural), conforme é classificado por Viana (2016, p.57), teríamos nesse caso, um movimento social constituído por uma “hegemonia burguesa”. O que significa que esse tipo de movimento social se mobiliza para “*conservar, reforçar a sociedade existente, a dominação burguesa, a partir da luta pela manutenção de relações específicas instituídas por ela mesma, sem permitir mudanças no interior do capitalismo...*” (VIANA, 2016, p59).

Em tais movimentos sociais, segundo Viana (2016, p.61) a promoção da intolerância contra aquilo que é ameaçador, anormal, maligno, perigoso, inferior, suspeito é profundamente alimentada por crenças, sentimentos e valores ancorados na ideologia burguesa.

Movimentos sociais revolucionários

Quando a composição social de um determinado movimento social tem prevalência de grupos sociais, homogêneos ou não e estes são majoritariamente oriundos

de classes sociais “desprivilegiadas”, ou seja, de classes proletárias e invariavelmente com menos capital cultural e financeiro, nesse caso, diríamos que esse movimento social assim caracterizado, tem sua força e objetivo mobilizador na insatisfação das condições de exploração da força de trabalho, e portanto, está fundamentado numa orientação política hegemonicamente proletária e revolucionária (VIANA, 2016, p.75).

Como bem acentua Viana,

[...] a força propulsora das mobilizações das tendências revolucionárias é a recusa da alienação e exploração capitalista (produção de mais-valor), totalidade do capitalismo, com base no humanismo radical fundado numa compreensão teórica ou utópica da realidade social, ou seja, possuem como projeto a revolução[...] (VIANA, 2016, p.77).

Movimentos sociais reformistas

Conquanto Viana (2016, p.75) admita a presença em certa medida das tendências revolucionárias no interior dos movimentos sociais reformistas em alguns setores, elas

tendem a evaporar muito rapidamente, principalmente em épocas como a que vivemos no Brasil de hoje, cuja consolidação da hegemonia burguesa se mostra promissora de maneira geral.

Ao analisar a tendência reformista, Viana (2016, p.72) destaca sua incapacidade de buscar uma transformação social radical, seu caráter competitivo e busca de privilégios internamente, concepções burguesas ligadas à sexualidade, às relações etnicorraciais, racismo e sexismo além do fato de serem facilmente cooptados pelo Estado, entre outros.

Portanto, para Viana (2016, p.73) esses movimentos sociais são marcadamente ambíguos, uma vez que tentam conciliar em seu interior tanto a hegemonia burguesa, quanto a hegemonia proletária. Obviamente, nessa tensão, as tendências revolucionárias que são minoritárias e dissidentes, estão em desvantagens em relação às tendências conservadoras.

Ademais, os movimentos sociais reformistas têm uma composição social amplamente policlassista, cujos interesses de classe são levados a cabo, conforme Viana

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[27]

(2016, p.66,67) por grupos orgânicos. Ao tomar como exemplo, os movimentos sociais dos negros e das mulheres, o autor chama a atenção para o fato de que no interior desses movimentos tipicamente reformistas, conquanto, haja eventualmente, situações que fortaleçam uma tendência revolucionária em suas ações, o que mais os caracterizam é uma “ação reprodutiva do capitalismo”.

É por isso que ao justificar a “teoria do capitalismo” de Marx como instrumento analítico para pensar os movimentos sociais, Viana (2016, p.130-132) chama a atenção para o conceito do “mais-valor”, relacionado à fetichização das mercadorias, à acumulação do capital, à luta de classes, à burocratização e mercantilização, entre outras abordagens de “*O Capital*” de Marx.

Considerando que a realidade social brasileira opera a partir do modo de produção, por analogia é como se tivéssemos um sistema operacional Windows cuja configuração só permite a instalação de programas e aplicativos que sejam a ele compatíveis. Nessa comparação, as instituições como o Estado, só são executáveis se estiverem configurados conforme os

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[28]

protocolos da Microsoft. E Caso os usuários, leia-se, “grupos sociais” desejem se organizar como “movimento social” e queiram “rodar” algum programa de ações de um outro sistema operacional, como o “Linux”, leia-se “socialismo marxista”, certamente, haverá conflito ou incompatibilidades.

Nesse sentido, a “plataforma” do capitalismo como totalidade da sociedade, tende a determinar a partir de seus “protocolos”, um “modo de produção” que promove o “mais-valor”, a “alienação”, a “ideologia” e a contradição dialética entre uma classe-tese (burguesia) e uma classe-antítese (proletariado) cuja síntese, são as desigualdades sociais.

E é nesse contexto semântico que queremos perguntar sobre os tipos de movimentos sociais mais comuns na sociedade capitalista. Para Viana (2016, p.131), “a teoria do modo de produção capitalista de Marx oferece a chave explicativa do desenvolvimento capitalista e sua ressonância nos movimentos sociais em seu processo de formação, alteração, hegemonia interna, etc.”.

Em que pese à distinção entre “movimentos sociais” e “movimento de classes” conforme Viana (2016, p.51-52), há que se ter em mente que os grupos sociais que são a base dos “movimentos sociais”, guardam profunda relação com as “classes sociais”.

Com efeito, Viana entende “classes sociais” como “um conjunto de indivíduos que estão submetidos à divisão social do trabalho na sociedade e portanto, tende a gerar um modo de vida comum, interesses comuns e luta comum contra outras classes”. Logo, para Viana (2016, p.131), “a dinâmica da luta de classes e do processo de intensificação da repressão que lhe acompanha também é importante para explicar a dinâmica dos movimentos sociais, entre diversos outros aspectos”.

Portanto, ao entendermos a sociedade conforme Marx, haveremos de conceber a sociedade geralmente, composta por duas tendências majoritárias ou duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Claro que na interioridade de ambas se desdobram as várias tendências hegemônicas. O que nos interessa ressaltar aqui nessa análise dialética das relações concretas entre as duas

classes é que, ao estarem contraditoriamente relacionadas determinam uma síntese iníqua no interior da sociedade capitalista.

Semelhantemente, conforme Viana (2016, p.55) se for analisar “a composição de classe dos movimentos sociais e a hegemonia no seu interior”, haveremos de identificar características ideológicas oriundas das macro-relações estabelecidas pela totalidade da sociedade que conforme a média das múltiplas determinações histórico-sociais incididas no movimento social em análise, este poderá ser classificado como, conservador, reformista ou revolucionário.

Diante disso, para Viana (2016, p.56-57), perguntar pela composição social dos movimentos sociais é estar consciente das “múltiplas determinações” da totalidade da sociedade sobre os indivíduos, as classes, os grupos e os movimentos sociais. A propósito, a “vigência cultural” (concepções, representações, valores) de um movimento social conservador, reformista ou revolucionário conforme Viana estaria relacionada ao perfil social das classes que o constitui, ou seja, “privilegiadas” ou “desprivilegiadas”.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[31]

Desta forma, segundo Viana,

[...] A compreensão dos movimentos sociais pressupõe entender a sociedade capitalista, a totalidade na qual eles emergem e ganham suas características próprias. E nesse processo, a compreensão do modo de produção capitalista e do processo de acumulação de capital é fundamental [...] (VIANA, 2016, p. 83).

Com efeito, se conforme Viana (2016, p. 83), as lutas de classes e a mercantilização oriundas da sociedade capitalista exercem “direta e indiretamente” forte determinação na dinâmica interna e externa dos movimentos sociais, resta-nos, identificar essas determinações.

Os movimentos sociais contemporâneos

Em que pese às críticas de Viana (2016, p.121) contra a nomenclatura “Novos Movimentos Sociais”, parece metodologicamente adequado pontuar conforme Montaño e Duriguetto que

[...] Os chamados “Novos movimentos sociais” (NMS), surgem principalmente em meados do século XX (e) tem por vezes o objetivo ou a função de ser um complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos [...] e outras vezes

são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais [...] (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 248).

É oportuno lembrar que o contexto histórico supramencionado conforme Montaño e Duriguetto (2011, p. 249) está em profunda sintonia com a guerra fria e com a expansão do capitalismo. Portanto, se vamos discutir e identificar as múltiplas determinações históricas na formação e manutenção dos movimentos sociais, de partida, percebemos que os mesmos são gestados no “útero” do capitalismo. E mais, o tipo de capitalismo que estamos pensando nesse caso específico é aquele que foi configurado e desenvolvido no Brasil e América Latina, ou seja, o “capitalismo periférico”. Nessa modalidade de capitalismo, conforme Montaño e Duriguetto (2011, p.249), “implica considerar a relação de dependência, de subordinação, estabelecida entre os países latino-americanos e os países centrais”. Segundo o mesmo autor, esse tipo de relação permitiu a perpetuação da dominação

iniciada com a colonização europeia na América Latina nos séculos XVI e XVII⁵.

Viana (2016, p. 85-87) ratifica afirmando que a história do capitalismo é a história da reprodução ampliada do capital que por sua vez, gera a mercantilização e a burocratização, o que para o autor, afeta diretamente os movimentos sociais.

Sendo o processo da mercantilização e burocratização produtos da mutação cultural e ideológica do processo de acumulação do capitalismo convertido em valores a partir das relações sociais, Viana entende que seu impacto nos movimentos sociais vai desde a cotidianidade dos indivíduos que estão na base dos grupos sociais até as possíveis ramificações dos movimentos sociais. Ou seja, indivíduos (em seus grupos ou movimentos sociais) cuja consciência é “ilusória” tendem a não apenas reproduzir

⁵ Um maior aprofundamento sobre esse tema pode ser encontrado no artigo, “A mulher e a realidade latino-americana: uma análise da teoria da dependência a partir da teoria de gênero”, LOIOLA (2016), disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/5983/5203> acesso em 27 de Janeiro de 2018.

essa ilusão, como também a se organizarem a partir desta falsa consciência, pelo simples fato de necessitarem de “dinheiro” (VIANA, 2016, p. 90).

Ao discorrer sobre as cinco “ondas” históricas da mercantilização, Viana (2016, p.86, 90-96) identifica os vários estágios (extensivo, intensivo, conjugado e integral) dos regimes de acumulação do capital e sublinha que é a partir do estágio da acumulação integral, isto é, na escala máxima do seu desenvolvimento que os “movimentos sociais” tendem a se descaracterizar através do processo da burocratização, quando são cooptados pela dinâmica mercantil e tornam-se “organizações burocráticas”.⁶ Portanto, dir-se-ia que um movimento como o MST (Movimento Sem Terra) concebido em sua formação como um movimento revolucionário, uma vez alterada a sua hegemonia interna pela mercantilização, e organizado um

⁶ John D. McCarthy e Mayer N. Zald (1977) oferecem uma razoável justificativa teórica para algumas Movimento Social), TMR (Teoria de Mobilização de Recursos), OMS (Organizações dos Movimentos Sociais) entre outras. Disponível em http://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/05mccarthyzaldm_s02 Acesso em 03 de Janeiro de 2019.

partido político como estratégia de mobilização, ter-se-ia tornado um movimento-organizacional com cargos e salários deslocado para o mero reformismo.

Sobre os regimes de acumulação

Considerando que o capitalismo é uma construção histórica, nada mais elementar como observar o seu desenvolvimento na história. Nesse sentido, Viana (2016, p. 85) chama a atenção para os vários estágios nos quais a “reprodução ampliada do capital” se deu até agora. Para o referido autor, é essa capacidade de reprodução cada vez mais ampliada do capitalismo que torna possível a “acumulação de capital”, constituindo a essência da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo. Dinâmica essa que obviamente, é acossada pelas lutas de classe tanto no setor da produção quanto na sociedade civil (VIANA, 2003, p.65), acompanhada por uma crescente mercantilização (VIANA, 2016, p.90).

Então, nesse desenvolvimento histórico da acumulação do capital que é também o desenvolvimento em espiral da mercantilização, Viana (2016, p. 90-91) pontua 05 (cinco) períodos importantes da “acumulação

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[36]

capitalista”, a saber: Primeiro, “acumulação primitiva”, isto é, uma época em que quantitativamente a produção ainda não assumia proporções capitalistas. Segundo, “acumulação extensiva”, a qual é alavancada pela revolução industrial (séc XVIII e XIX). Nesse período, Viana (2003, p. 66-67) assinala a prevalência da extração do mais-valor absoluto refletido na alta exploração da força de trabalho, baixos salários, exploração da mão de obra infantil, assim como manifestações como o cartismo, quebra das máquinas, legalização dos sindicatos e outras conquistas importantes da classe operária frente. Terceiro, “acumulação intensiva” (1870-1945), nesse período o processo de produção de mercadorias começa a invadir mais intensamente outros espaços incluindo as formas sociais.

Viana (2003, 68-69) acrescenta nesse período o papel do taylorismo, a transição do estado liberal para o estado liberal-democrático, maior concentração de capital, assim como a ampliação da legislação trabalhista. Os movimentos sociais como os concebemos hoje, são frutos desse período histórico, diga-se de passagem, sem

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[37]

influências importantes da mercantilização (VIANA, 2016, p. 91).

O quarto período seria o da “acumulação conjugada” (1945-1980). O princípio da era do consumo. É nesse período que os movimentos sociais se fortalecem, paralelo a um grau ainda maior de mercantilização das formas sociais, dominando o lazer, a cultura etc. Como bem diz Viana (2003, p. 69), “Este regime de acumulação é [...] uma versão reformada da acumulação intensiva”.

Finalmente, o quinto regime de acumulação que começou em 1980 e perdura até os dias atuais, chamado de “acumulação integral”. Esse tipo de estágio mostra um capitalismo ainda mais voraz, especializado e ampliado. Nesses últimos 40 anos conforme tem avaliado Viana (2016, p. 92) a mercantilização da tecnologia e da cultura tem se intensificado a tal ponto que já é possível falar em mercado de órgãos humanos.

Sem falar da mercantilização da subjetividade humana, da religião e principalmente nas relações trabalhistas nas quais cada vez mais o trabalhador e a trabalhadora se tornam submetidos ao capital. E é nessa fase

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[38]

extrema da mercancia que dificilmente podemos identificar movimentos sociais revolucionários por exemplo. Já que tanto os de tendência conservadora, quanto os de tendência reformista se encontram tacitamente comprometidos pela mercantilização, quando não burocratizados também.

Desta forma, os movimentos sociais concebidos na esteira da sociedade capitalista quando não partem de classes sociais privilegiadas, principalmente aqueles cujas bases sociais são policlassistas, estarão sempre ameaçados, quando não dominados pelo processo de mercantilização e burocratização. Isso vale para o movimento negro unificado, movimento das mulheres, movimentos populares, movimentos urbanos, movimento de estudantes, movimento ecologista, movimento de moradores, movimento camponês, etc.

Para Viana (2016, p. 101) o aparato estatal assume papel decisivo na determinação capitalista sobre os movimentos sociais. Uma vez que o Estado é quem controla, intensifica e amplia a burocratização em sua relação com a sociedade civil através de formas sociais privadas, que por sua vez, tornam-se, arcabouço dos

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[39]

movimentos sociais. Um clássico exemplo da ampliação da burocratização estatal, dado por Viana (2016, p. 121-122) é o aparelhamento dos movimentos sociais pelos partidos políticos. Ex: PC do B, tutelando a UNE. O PT tutelando o MST e assim por diante.

Diante desse panorama, conclui Viana:

[...] Os movimentos sociais estão envolvidos na dinâmica cultural da sociedade capitalista. Eles estão submetidos à produção cultural da sociedade capitalista. Eles estão submetidos à produção cultural da sociedade burguesa, bem como produzem, reproduzem, alteram aspectos da cultura existente. No entanto, o fenômeno cultural é extremamente complexo e isso cria inúmeras dificuldades analíticas e uma grande diversidade de questões. A diversidade e variedade de movimentos sociais é outro elemento que torna essa tarefa ainda mais árdua [...] (VIANA, 2016, 131).

Considerações finais

A perspectiva teórico-metodológica de Marx ainda tem se mostrado conforme a percepção crítica de Viana, um instrumento valioso para o desvelamento não só dos mecanismos que fazem a engrenagem da sociedade

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[40]

capitalista funcionar, mas também, como de forma as vezes sutil esses mecanismos tendem a determinar os movimentos sociais.

O materialismo histórico-dialético, portanto, tende a manter o foco do investigador social tanto na totalidade da sociedade quanto na totalidade de cada movimento social. E ao formular categorias analíticas a partir do mundo sensível, essa teoria que também pressupõe uma teoria da consciência, está na contramão da exacerbação do cientificismo se configurando numa lúcida reconstrução científica da realidade social.

Nesse sentido, ao analisar os movimentos sociais desse ponto de vista, Viana deixa claro que os mesmos não existem desde sempre, têm lugar na história e são resultados de suas múltiplas determinações que por sua vez, são encetadas por “homens vivos”, que comem, bebem, tem desejos e necessidades, além de outros interesses. Com efeito, o conjunto de indivíduos de uma dada sociedade (capitalista) ao se aglutinar a partir de características comuns, fazem surgir grupos sociais que, refletindo a luta

de classes e sendo determinados por certa hegemonia, fundamentam os movimentos sociais.

Desta forma, Viana ao se afastar do pseudomarxismo, radicaliza a sua crítica marxista, conceituando de forma dialética os movimentos sociais no contexto da sociedade capitalista. O autor entende que as relações de forças antagônicas entre a burguesia e o proletariado na totalidade da sociedade, cuja síntese é a desigualdade social, se dão também na base dos movimentos sociais, consolidando certa hegemonia. E conforme for a composição (monoclassista ou policlassista) e hegemonia de classe no interior dos movimentos sociais, eles se tornam movimentos conservadores, reformistas ou revolucionários.

Consciente de que esses movimentos sociais, mesmo os de perfil revolucionário, fazem parte da totalidade da sociedade capitalista, Viana, chama a atenção, a partir da teoria do modo de produção capitalista de Marx, para o fato de que essa totalidade tende a determinar os movimentos sociais a partir de sua necessidade de dinheiro, uma vez que na sociedade capitalista, o mais-valor gera não

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[42]

apenas competição mais principalmente a mercantilização e a burocratização nos e dos movimentos sociais.

A partir da constatação de Viana, pode-se inferir também, que nesse processo de cooptação e aparelhamento dos movimentos sociais, o Estado e os partidos políticos desenvolvem papéis centrais. O que nos leva a concluir pelo menos de maneira provisória, que no Brasil contemporâneo, não é possível afirmar que haja movimentos sociais revolucionários. Ainda que haja não poucos intelectuais revolucionários e talvez a presença de algumas dissidências derivadas dos movimentos reformistas, alhures.

A principal justificativa para essa conclusão dá-se a partir das recentes atualizações que a hegemonia burguesa em nível internacional e nacional tem operado no interior das sociedades, instituições e movimentos sociais. Isto porque a quinta onda de mercantilização iniciada em 1980, cada vez mais se mostra volumosa e capilar, atingindo tanto as subjetividades humanas quanto a objetividade das relações sociais de todos os tipos.

No Brasil por exemplo, as possíveis reformas trabalhistas, a extinção do ministério do trabalho, a intensificação do trabalho temporário, bem como o aumento do desemprego, a mercantilização do ensino superior e outros fatores, só tende a confirmar o fortalecimento do regime de acumulação integral.

Referências

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011.

GORENDER, Jacob, In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl. Prefácio à crítica da economia política. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[44]

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. *Os movimentos sociais*. Curitiba: Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. A Concepção Marxista das Classes Sociais. *Marxismo e autogestão*, Ano 03, Num.05, Jan./Ju. de 2016. Disponível em <
<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/02viana05marxaut/501>> Acesso em 28 de Dezembro/2018.

VIANA, Nildo. *Contribuições de Karl Marx para a teoria dos movimentos sociais*. Disponível em:
<http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/493/458> Acesso em 28 de Janeiro/2018.

Resumo

O artigo aborda os movimentos sociais a partir da perspectiva marxista de Nildo Viana. Considerando a relevância do pensamento marxista na abordagem dos movimentos sociais, problematiza leituras pseudomarxistas estruturado em duas partes. Na primeira, enfoca o conceito e a caracterização dos movimentos sociais e na segunda, os movimentos sociais e o capitalismo.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Capitalismo, Marxismo

Abstract

The article approaches social movements from the Marxist perspective of Nildo Viana. Considering the relevance of Marxist thought in the approach of social movements, it problematizes pseudo-Marxist readings structured in two parts. In the first, it focuses on the concept

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [45]

and characterization of social movements, and on the second, social movements and capitalism.

Keywords: Social Movements, Capitalism, Marxism.

**A CONCEPÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM
MONTAÑO E DURIGUETTO:**

Uma Análise Crítica

Felipe Mateus de Almeida*

Os movimentos sociais são alvo de diversas abordagens dentro das ciências sociais e das ciências humanas. Essas abordagens muitas vezes são carregadas de problemas que envolvem desde a concepção dos autores das mesmas até seus conceitos e definições sobre o que são os movimentos sociais e quais são seus objetivos e propostas.

Nesse sentido, no presente artigo, trazemos a discussão que Montaño e Duriguetto fazem das transformações no modo de produção capitalista a partir das contribuições de David Harvey – realizando um breve

* Graduado em Ciências Sociais; Mestre em Sociologia; Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Membro do Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade da Universidade Federal de Goiás - GPDS/UFG.

apanhado sobre o que esse autor compreende por acumulação flexível e como ela se introduziu no modo de produção capitalista - e como essas mudanças, para esses autores, interferem na constituição dos movimentos sociais. Em seguida, fazemos uma crítica a abordagem desses autores acerca dos movimentos sociais, tendo como base autores que apresentam uma abordagem crítica sobre os movimentos sociais, diferenciando-os das lutas de classes e apresentando uma definição concreta desses fenômenos.

Os estudos de Montañó e Duriguetto sobre os movimentos sociais

Montañó e Duriguetto (2011), em seu livro *Estado, Classe e Movimentos Social*, trazem um estudo sobre os movimentos sociais associando seu processo de constituição e atuação a partir das mudanças no modo de produção capitalista.

Para abordar a questão das transformações no modo de produção capitalista, esses autores têm como base os estudos de David Harvey, tomando emprestado o conceito de acumulação flexível (HARVEY, 2012).

David Harvey, em seu livro *Condição Pós-Moderna*, busca fazer uma análise das transformações na economia política do capitalismo do final do século 20, chamando a atenção para as mudanças que envolvem o mundo do trabalho, os hábitos de consumo e o poder do Estado enquanto regulador da economia. Esse autor afirma que houve uma mudança e uma transição no “*regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado*” (HARVEY, 2012, p. 117, itálicos do original).

Para fazer seu estudo, Harvey tem como base teórica a escola da regulamentação. Essa escola tem como eixo de suas concepções, dois conceitos básicos: o de regime de acumulação e o de modo de regulamentação (HARVEY, 2012, p. 117). A escola da regulamentação afirma que existe um regime de acumulação e um modo de regulamentação das relações sociais que vai fazer com que haja uma materialização desse regime de acumulação que toma forma de hábitos, leis e redes que regulamentam e garantem a unidade e a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[49]

Nesse sentido, o regime de acumulação deve ser compreendido como o modelo que gere o processo de produção, circulação e consumo das mercadorias, enquanto que o modo de regulamentação deve ser entendido como o modelo que cria as instituições que sustentam a hegemonia de um regime de acumulação, ou seja, para cada época existe um determinado regime de acumulação que é sustentado por um dado modo de regulamentação e as instituições advindas dele (Estado, modelo de organização científica do trabalho¹, leis trabalhistas etc.).

A linguagem da escola da regulamentação tem duas vantagens enquanto ferramenta para se pensar as mudanças no capitalismo. A primeira se refere ao fato dela ser um recurso heurístico capaz de ajudar na compreensão das:

(...) complexas inter-relações, hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitem que um sistema capitalista

¹ Por modelo de organização científica do trabalho compreendemos a prática de criar um sistema de gerência e coordenação do trabalho pautado em estudos teóricos e empíricos que comprovem resultados que tragam eficiência e eficácia no que tange ao processo de produção de mercadorias e geração de lucro para aqueles que detêm o capital. O taylorismo, o fordismo e o toyotismo são três modelos de organização científica do trabalho que exemplificam nossa conceituação.

altamente dinâmico e, em consequência, instável adquira suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo (HARVEY, 2012, p. 117).

A segunda vantagem refere-se ao fato da linguagem da escola da regulamentação conseguir conceituar de maneira útil “o tratamento dado aos problemas da organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares” (HARVEY, 2012, p. 119). Nesse sentido, é com essa linguagem da escola da regulamentação que Harvey traz um estudo sobre o fordismo e o processo de transição para a chamada acumulação flexível.

Para Harvey (2012), a data inicial para o surgimento do fordismo é 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como forma de bonificação para os trabalhadores da sua linha de montagem automática. O fordismo deve ser compreendido em muitos de seus aspectos como mera “extensão de tendências bem estabelecidas” (HARVEY, 2012, p. 121). Ainda segundo Harvey (2012) a maneira corporativa como as fábricas

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[51]

fordistas se organizavam já vinha sendo aperfeiçoada antes do surgimento desse modelo de organização científica do trabalho no ramo das construções de estradas de ferro ao longo do século 19. Além disso, Ford fez pouca coisa além de um processo de racionalização de velhas tecnologias que envolviam uma divisão do trabalho bem executada, através da criação da esteira, que fazia com que o trabalhador não precisasse mais se deslocar de sua posição para executar uma tarefa ou buscar um determinado produto:

A separação entre gerência, concepção, controle e execução (...) também já estava bem avançada em muitas indústrias. O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) ² era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema do trabalho, uma nova

² O taylorismo foi um modelo de organização científica do trabalho que priorizava a vigilância profunda nos ambientes de trabalho e a racionalização dos trabalhadores e dos ambientes de trabalho através do controle do tempo de produção com o uso do cronômetro. Esse modelo de organização científica do trabalho ainda possuía como principais características um caráter burocrático devido à criação de cargos de gerentes científicos e uma produção centralizada e baseada no sistema *Just In Case*. Para mais informações sobre o taylorismo, o livro *Princípios de Administração Científica*, de Frederick Taylor, é leitura fundamental.

estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2012, p. 121).

Nesse sentido, o fordismo, ao contrário do taylorismo - que se preocupou em aumentar a produção e, conseqüentemente, o lucro, através da racionalização do tempo sem o desenvolvimento da tecnologia – buscou aumentar o lucro e a produtividade através do aprimoramento dos recursos tecnológicos (implementação da esteira de montagem automática) e, para além disso, Ford se preocupou em associar o seu modelo de organização científica do trabalho a uma política de consumo em massa para que o trabalhador pudesse gastar seu dinheiro e fomentar a economia, mantendo, assim, o capitalismo em pleno funcionamento.

De acordo com Harvey (2012), o fordismo, para se estabelecer, passou por uma série de problemas entre a primeira e a segunda guerra mundial, o que envolvia questões individuais, corporativas, estatais e institucionais. Desses problemas, o autor elege dois deles como principais fatores que impediram a disseminação desse modelo de Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018. [53]

organização científica do trabalho antes do final da segunda guerra. O primeiro deles referia-se a maneira como as classes sociais se organizavam e se relacionavam no capitalismo, pois em um modo de produção que é orientado por uma divisão social do trabalho que acaba gerando um processo de divisão entre as classes sociais, fica difícil sustentar a ideia de um modelo de organização científica do trabalho que se sustentava por meio da ideia que envolvia a “familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e organização do processo produtivo” (HARVEY, 2012, p. 123).

O segundo problema elencado por Harvey e que dificultou a implementação do fordismo foi a questão da intervenção estatal. Para que o fordismo e sua lógica de produção e consumo funcionassem, foi preciso que se pensasse em uma forma de intervenção estatal que fomentasse esse modelo. Com a crise de 1929 e a emergência dos Estados Unidos enquanto potência mundial

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[54]

após o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, o fordismo atingiu sua maturidade:

O período pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entreguerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transportes, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Ruhr - Reno, as terras médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de Tóquio – Yokohama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão (HARVEY, 2012, p. 125).

Para que esse crescimento no pós-guerra fosse possível, foi necessário um novo posicionamento e uma série de compromissos por parte dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista:

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (HARVEY, 2012, p. 125).

Nesse sentido, e em conjunto com as derrotas dos movimentos operários radicais que se posicionavam contra o modelo de organização científica fordista do trabalho, podemos afirmar que o terreno econômico, político e social para o controle dos trabalhadores e a hegemonia desse modelo de organização científica do trabalho estava completo.

Com a crise instaurada no período entre 1960 e 1970, em conjunto com o processo de reestruturação produtiva, a globalização e a internacionalização da economia, surge um novo regime de acumulação, o qual Harvey (2012) dá o nome de acumulação flexível. O autor conceitua a acumulação flexível como:

(...) um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 04, jan./jun. 2018.
[56]